



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



ALEXANDRE VARGAS DE SOUSA FILHO

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA PREVENÇÃO DE CRIME

GOIÂNIA-GO

2024

ALEXANDRE VARGAS DE SOUSA FILHO

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA PREVENÇÃO DE CRIME

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Carla Vieira Fagundes Leão.

GOIÂNIA-GO

2024

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA PREVENÇÃO DE CRIME

COMMUNITY POLICE IN CRIME PREVENTION

Alexandre Vargas de Sousa Filho¹

Carla Vieira Fagundes Leão²

Resumo

Este artigo investiga a importância do policiamento comunitário no domínio da prevenção do crime. Utilizando uma abordagem quantitativa, um questionário estruturado por 14 perguntas fechadas foi distribuído aos policiais militares por meio de uma plataforma de mensagens, rendendo 37 respostas voluntárias. As descobertas lançam luz sobre a eficácia do policiamento comunitário na dissuasão de atividades criminosas. Ao examinar os dados, torna-se evidente que as localidades onde o policiamento comunitário foi totalmente registrado registraram um declínio notável nas taxas de criminalidade. Estes resultados implicam que o policiamento comunitário não só ajuda a reduzir a criminalidade, mas também promove um ambiente mais seguro. Como resultado, pode-se deduzir que o policiamento comunitário desempenha um papel fundamental na prevenção do crime e na melhoria das relações polícia-comunidade. Portanto, sua implementação deve ser incentivada e apoiada por políticas públicas e recursos adequados, a fim de criar comunidades mais seguras e resilientes.

Palavras-chave: Policiamento Comunitário; Prevenção de Crimes; Segurança Pública.

Abstract

This article investigates the importance of community policing in the field of crime prevention. Using a quantitative approach, a questionnaire structured by 14 closed questions was distributed to military police officers through a messaging platform, yielding 37 voluntary responses. The findings shed light on the effectiveness of community policing in deterring criminal activity. When examining the data, it becomes evident that localities where community policing has been fully registered have seen a notable decline in crime rates. These results imply that community policing not only helps reduce crime but also promotes a safer environment. As a result, it can be deduced that community policing plays a fundamental role in preventing crime and improving police-community relations. Therefore, its implementation must be encouraged and supported by public policies and adequate resources, in order to create safer and more resilient communities.

Keywords or Palabras clave: Community Policing; Crime Prevention; Public security.

1 INTRODUÇÃO

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: alexandrevargax@gmail.com. Telefone: (64) 99641-2889.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em Especialista Análise Criminal, E-mail: carlavieirafagundesleao@gmail.com. Telefone: (62) 98175-9871.

A vigilância comunitária refere-se à implementação de estratégias de prevenção do crime que priorizam a segurança pública. Abrange várias abordagens organizacionais que promovem a colaboração entre indivíduos e aplicação da lei, com o objetivo final de incentivo à cooperação com a polícia. O objetivo principal é abordar e resolver problemas existentes, como atividades relacionadas com drogas e comportamento comportamental, melhorando simultaneamente a qualidade de vida geral na comunidade (Silva, 2015).

Em relação ao policiamento comunitário, Silva (2015), enfatizou o policiamento comunitário, é uma prática policial que se comunica com a sociedade e se esforça para consolidar as políticas públicas nas relações cotidianas. Portanto, a relação entre a Polícia Militar e os cidadãos cumpridores da lei é mais próxima, tornando a sociedade mais confiante e segura na polícia.

Em essência, o policiamento comunitário vai além das abordagens reativas tradicionais, nas quais a presença policial só é sentida em momentos de crise. Em vez disso, a estratégia baseia-se no fortalecimento das relações entre a polícia e os membros da sociedade, transformando a segurança pública num esforço colaborativo e contínuo. Este modelo torna a prevenção eficaz do crime não apenas uma responsabilidade da polícia, mas um objetivo comum que requer a participação ativa de todos os envolvidos (Silva, 2015).

Com suporte nesta realidade, pretendemos responder as seguintes questões do trabalho: De que forma as estratégias de policiamento comunitário previnem a criminalidade?

A importância do policiamento comunitário como estratégia de prevenção do crime é apoiada por uma série de razões fundamentais que reforçam a importância de abordagens colaborativas, participativas e centradas na comunidade na promoção de ambientes mais seguros. O policiamento comunitário visa aproximar os laços entre a polícia e a sociedade e promover a fortalecimento e a cooperação mútuas. O policiamento comunitário promove uma abordagem mais humana aos agentes policiais, onde estes são vistos não apenas como agentes de segurança, mas como membros cativos da comunidade (Rolim, 2006).

A pesquisa é importante para aperfeiçoar, a implementação da vigilância comunitária na precaução contra crimes justifica-se pela sua capacidade de estabelecer uma parceria eficaz, capacitando e envolvendo os cidadãos na promoção da segurança. Essa abordagem não apenas busca prevenir incidentes criminais, mas também fortalecer os laços sociais e criar comunidades mais coesas (Rolim, 2006).

Como escopo comum, procuramos entender e examinar a importância do policiamento comunitário na prevenção do delito. Exclusivamente, espera-se que: a) Avaliar a eficácia das

iniciativas de policiamento comunitário na redução das taxas de criminalidade; b) Identificar as percepções da comunidade na prevenção do crime.

A abordagem utilizada consiste em um processo de duas fases, com a fase inicial abrangendo uma análise abrangente da literatura relevante de autores notáveis na área, bem como uma investigação quantitativa. Para atingir esse objetivo, este artigo está estruturado em três aspectos específicos. A seção principal envolve um exame aprofundado dos componentes teóricos e metodológicos relacionados com o policiamento comunitário de prevenção do crime, enquanto a seção subsequente envolve um discurso aprofundado e a apresentação dos resultados da pesquisa no local, utilizando um inquérito por questionário.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA

O conceito de policiamento comunitário é solucionar os problemas sociais por meio da interação ativa da sociedade, analisando, discutindo e identificando problemas em conjunto com a Polícia Militar. Como princípios básicos para a polícia comunitária, destaca-se que: medidas preventivas; implementação social dos sistemas de proteção pública; transparência; nacionalidade; ações educativas; orientação; recomendações e alertas devem sempre preceder as ações repressivas (Mendonça, 2009).

Estas medidas centram-se na ação preventiva para prevenir a ocorrência do crime, na realização de patrulhas visíveis para trazer uma sensação de segurança às comunidades, na integração de parcerias entre a polícia e as comunidades, no reforço dos efeitos positivos das práticas policiais e na promoção da abertura de serviços ao público, promovendo ainda mais reforçar a sua parceria. Permanecer comprometidos em garantir que as ações educativas acima devam sempre preceder as ações repressivas (Mendonça, 2009).

As medidas de policiamento comunitário socioeducativo são inovadoras não apenas pelo método em si, mas também por meio de diversas iniciativas, como palestras de conscientização, campanhas e guias em organizações comunitárias, escolas e associações, como enfatiza (Mendonça, 2009).

O conceito de policiamento comunitário implica uma nova perspectiva sobre as operações policiais, enfatizando a importância da colaboração entre as autoridades policiais e a comunidade. Esta estratégia visa combater eficazmente a criminalidade e diminuir as taxas de delinquência (Bondaruk; Souza, 2003).

O conceito de policiamento comunitário remonta a civilizações antigas como a China e o Japão, e foi adotado por vários países modernos, incluindo Canadá, França e Espanha. O Brasil também aderiu ao movimento de policiamento comunitário na década de 1980 (Bondaruk; Souza, 2003).

O policiamento comunitário baseia-se, portanto, no trabalho com as pessoas para resolver problemas que as incomodam e na tomada de medidas para promover a prevenção do crime. Mas é claro que na experiência baseada neste modelo, as deficiências dos conceitos tradicionais de policiamento são óbvias, o que significa que a adoção deste conceito pode alcançar melhores resultados (Kahn, 2002).

Segundo a ideologia de Fernandes (2009), o policiamento comunitário incorpora um serviço intimamente ligado à comunidade, identificável pelo nome e pela face, e funciona sob os princípios do serviço público diário e da adesão às normas de interação cidadã. O conceito de policiamento comunitário apresenta uma solução aparentemente absurda: individualizar os agentes policiais e integrá-los como uma presença regular na sociedade

Porém, para Neto (2011), o policiamento comunitário encontra alguns obstáculos na adoção dessa ideia na prática policial tradicional porque a cultura trouxe consigo essa ideia e a difusão da impressão do uso da força, da autoridade e do acerto. Condenar a violência e o crime.

O Estado utiliza o policiamento comunitário como uma plataforma para promover o envolvimento dos cidadãos e capacitá-los para exercer a sua autoridade. Esta abordagem enfatiza a importância da participação pública e fornece aos indivíduos os recursos necessários. A ordem pública é uma área específica de abordagem neste quadro (Neto, 2011).

Segundo Neto (2011), o estado atual da prática policial no âmbito do comando militar é orientado por vários princípios fundamentais: a importância de ser uma figura pública, a necessidade de profissionalismo e a necessidade de especialização. O conceito de ser uma figura pública destaca a interdependência entre a sociedade e a aplicação da lei, enfatizando a necessidade de competências especializadas na execução de tarefas específicas. Na última análise, isso leva à profissionalização dos policiais, com foco na execução de ações de qualidade. Como resultado, a implementação bem sucedida do policiamento comunitário requer planejamento e organização cuidadosos, a fim de atingir os seus objetivos.

O policiamento é uma forma especial de ação coletiva organizada por órgãos da administração pública, tem como missão integral salvaguardar a soberania e a segurança nacional dos seus súbditos. Esta missão é alcançada através do uso legítimo da força contra

múltiplos atores e situações internas, com a força restringida e limitada pelas instituições legais (Neto, 2011).

Portanto, concluiu-se que este tipo de policiamento não só ajuda a reduzir a violência, mas também visa trabalhar com a população e promover a prevenção e não apenas reagir aos incidentes (Freitas, 2002).

Este modelo tem, portanto, maior probabilidade de enfrentar obstáculos à eliminação, a violência ocorre na sociedade e as prioridades de prevenção ao crime tornam-se realidade através da atuação da polícia comunitária, trabalhando com os cidadãos para adaptar as práticas policiais às necessidades da população (Cerqueira, 2021).

Desta forma, ao promover a colaboração entre a sociedade e as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, podem ser obtidas várias vantagens. Isto inclui a identificação e a resolução de conflitos dentro das comunidades, o reforço da segurança pública e a promoção de medidas proativas contra a violência por parte de empresas e comunidades. É crucial reconhecer que este modelo de policiamento tem o potencial de impactar positivamente a sociedade, a percepção da aplicação da lei e a prevenção de atividades criminosas, ao mesmo tempo que promove relações harmoniosas entre as comunidades e as forças militares e policiais.

2.2 PREVENÇÃO DO CRIME

A Polícia Militar confirma que a prevenção ao crime é aspecto essencial dos seus deveres e obrigações. Para prevenir eficazmente o crime, é crucial estabelecer ligações mais fortes com a comunidade, particularmente nos domínios da educação e da cultura. Ao envolver-se nos esforços para combater o crime, a Polícia Militar visa mitigar as preocupações com a segurança pública. Esta abordagem à prevenção do crime é destacada num estudo recente de crime (Cerqueira, 2021).

É essencial que a vigilância comunitária invista em operações dirigidas a crianças e jovens, para impedir que sejam recrutados para o crime organizado e conduzindo a uma melhor integração na comunidade. A polícia acredita que o objetivo do policiamento comunitário é prevenir o crime, mas ações isoladas têm impacto limitado na sociedade (Aragão, 2015).

Apesar do papel contraditório da polícia na sociedade, o policiamento comunitário é considerado uma forma de aplicação da lei que promove a harmonia social e estabelece a paz pública sem recorrer à violência. Isto é conseguido através de esforços colaborativos da

comunidade e da polícia, à medida que se envolve em ações coletivas destinadas a resolver gradualmente questões de segurança pública (Souza Neto, 2014).

A vigilância comunitária é eficiente na redução do delito por uma série de motivos: em primeiro lugar, o objetivo deste tipo de policiamento é prevenir o crime e não apenas reagir a incidentes e procedimentos de investigação. O policiamento comunitário ainda pode permitir que a sociedade e a polícia trabalhem em conjunto para eliminar a violência e as suas causas profundas (Donnelly, 2014).

Quando o policiamento comunitário é implementado de forma eficaz, tem-se o poder de diminuir as taxas de criminalidade e promover uma maior confiança na aplicação da lei entre o público. Esta estratégia inovadora de policiamento, centrada no trabalho em conjunto com a comunidade, é amplamente reconhecida pela sua eficácia na redução do crime e da violência, como evidenciado por exemplos como o dos Estados Unidos (Donnelly, 2014).

A melhoria desta prática envolve vários fatores-chave, tais como a formação de especialistas altamente especializados, o compromisso de defesa dos princípios dos direitos humanos, uma supervisão rigorosa e, nomeadamente, uma avaliação minuciosa dos resultados de diversas atividades pós-implementação (Suassuna, 2013).

Portanto, é responsabilidade do comandante da companhia resolver o problema e confiar à empresa a execução da operação. Outro fator que precisa de ser analisado com atenção é a eficácia da polícia na sociedade e o envolvimento ativo da polícia em vários departamentos. Sociedade, como a participação em programas sociais destinados a prevenir comportamentos criminosos (Aragão, 2015).

No entanto, para concretizar plenamente estes ideais, é necessário que os meios de comunicação social sensibilizem, divulguem informações sobre como funciona este tipo de policiamento e procurem elogiar os agentes policiais pelo seu comportamento positivo, em vez de criarem maior insegurança ao fazê-lo. Exagerar as atitudes negativas de uma minoria de policiais. O estado precisa de maior apoio para encorajar uma abordagem mais decisiva e direta ao policiamento comunitário (Suassuna, 2013).

O conceito de policiamento comunitário não deve ser mal interpretado como a criação de uma nova força policial; pelo contrário, é uma mistura de métodos tradicionais de aplicação da lei com a intenção de aumentar a sua eficácia. É importante notar que o policiamento comunitário serve como uma solução temporária, especialmente em áreas que foram negligenciadas, oferecendo conforto e assistência aos bairros suburbanos (Cerqueira, 2021).

Assim, continua a ser crucial sublinhar a importância da especialização da profissão militar nas diversas áreas e da sua dedicação na resposta às necessidades da população. Além

disso, o estabelecimento de bases comunitárias pode acelerar o cumprimento dos requisitos comunitários.

3 METODOLOGIA

Este estudo segue uma abordagem em duas fases. Inicialmente, foi realizada uma extensa fase de pesquisa, aprofundando-se na literatura de autores renomados na área. Esta fase focou em temas específicos e incluídas análises quantitativas. A fase subsequente utilizará uma quantitativa, empregando um questionário dos Formulários Google (Apêndice A) e perguntas passo a passo meticulosamente elaboradas. O objetivo desta fase é coletar dados sobre as percepções dos agentes sobre o policiamento comunitário como estratégia de prevenção do crime.

Durante o período de novembro de 2023 a março de 2024, será realizada ampla investigação sobre a Polícia Militar, com foco específico no exame minucioso de artigos científicos e doutrinas acessíveis por meio de plataformas online.

Gil (2006) afirma que a pesquisa quantitativa se baseia na indicação de que todos os aspectos serão medidos e expressos de forma numérica, permitindo a análise e organização das informações. Após a coleta dos dados, as respostas foram compiladas e organizadas em tabelas, apresentando evidências por meio de frequências absolutas, frequências relativas e percentuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS POLICIAIS E DA AMOSTRA DA PESQUISA

Entre janeiro e fevereiro de 2024, um total de 37 participantes participaram da pesquisa. Eles foram solicitados a preencher um questionário elaborado em um Formulário Google e distribuído por meio de um link fornecido por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Variaveis	n	%
Graduação		
Soldado	37	0

Cabo	0	0
1º Sargento a 3º Sargento	0	0
Subtenente	0	0
Oficial	0	0
2º Tenente a 1º Tenente	0	0
Capitão/ Major	0	0
Tenente Coronel/ Coronel	0	0
Sexo		
Masculino	33	89,2
Feminino	4	10,8
Tempo de serviço na PM		
01-05 anos	35	68,8
06-10 anos	3	6,3
11-20 anos	2	4,2
21-30 anos	10	20,8
Tipo de Atividade na PMGO		
Predominante Administrativo	6	16,7
Predominante Operacional	31	83,3

Legenda: n = quantidade da amostra.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024).

A Tabela 1 apresenta as características da amostra composta por policiais militares do estado de Goiás utilizada no estudo. Os resultados são os seguintes: a maioria dos participantes eram 100% militares, 89,2% deles eram do sexo masculino e a maioria deles 83,3% estavam envolvidos principalmente em atividades operacionais. Em termos de anos de serviço policial militar, a maioria dos policiais (68,8%) cumpria entre 1 e 5 anos. Essa caracterização é fundamental para a compreensão do perfil dos participantes e sua distribuição na amostra, fornecendo conhecimentos importantes para a análise dos resultados da pesquisa.

4.2 A EFICÁCIA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Tabela 2 - O policiamento comunitário é uma abordagem eficaz na prevenção do crime.

Classificação	n	%
Sim	37	100
Não	0	0
Total	37	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O claro reconhecimento da importância do envolvimento da comunidade na manutenção da segurança pública é evidente na Tabela 2, que mostra o consenso unânime entre todos os 37 participantes na investigação sobre a eficácia do policiamento comunitário na prevenção do crime.

O conceito de policiamento comunitário gira em torno da promoção da colaboração e do apoio mútuo entre os responsáveis pela aplicação da lei e dos habitantes de uma região específica. O seu objetivo vai além do simples combate à atividade criminosa; também se esforça para aumentar a segurança através de medidas proativas. Esta estratégia centra-se no cultivo da confiança e na criação de alianças entre a força policial e os membros da comunidade, com o objetivo de identificar e abordar as questões locais, ao mesmo tempo que capacita as comunidades para que se apropriem da sua segurança (Monjardet, 2023).

Tabela 3 - O policiamento comunitário promove uma relação mais próxima entre a polícia militar e os moradores.

Classificação	n	%
Sim	37	100
Não	0	0
Total	37	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Os dados apresentados na Tabela 3 demonstram claramente o acordo unânime entre todos os participantes em relação ao impacto positivo do policiamento comunitário na promoção de conexões mais fortes entre a polícia militar e os moradores. Isto conclui o papel crucial que esta abordagem contribui no cultivo da confiança e da cooperação entre a comunidade e as agências responsáveis pela aplicação da lei.

O policiamento comunitário busca aproximar os policiais dos cidadãos, incentivando a interação regular e o diálogo aberto. Essa proximidade permite que os policiais conheçam melhor as necessidades e preocupações da comunidade, além de facilitar o compartilhamento de informações e a identificação de problemas locais. Essa relação mais próxima entre a polícia e os moradores é fundamental para o sucesso do policiamento comunitário, pois promove uma abordagem mais proativa e colaborativa na prevenção e combate ao crime (Monjardet, 2023).

Portanto, os resultados evidenciam a percepção positiva dos participantes sobre os benefícios do policiamento comunitário na promoção de uma relação mais próxima e colaborativa entre a polícia militar e os moradores.

Tabela 4 - As estratégias do policiamento comunitário têm sido eficazes na aproximação da comunidade e na repressão a criminalidade.

Classificação	n	%
Sim	36	97,3
Não	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com base nos resultados apresentados na Tabela 4, que envolve uma amostra de 37 policiais militares de Goiás, fica evidente que existe uma percepção predominantemente do impacto positivo do policiamento comunitário. Uma esmagadora maioria dos inquiridos, totalizando 97,3%, expressou a sua clareza de que as estratégias inovadoras neste modelo específico de policiamento promoveram com sucesso laços comunitários mais fortes e desenvolvidos para uma diminuição da atividade criminosa.

Os responsáveis pela aplicação da lei podem tirar uma lição significativa desta descoberta, que é a importância de se envolverem ativamente com a comunidade e de criarem laços fortes com os residentes como forma de prevenir e abordar o comportamento criminoso. O policiamento comunitário serve não apenas para promover laços mais estreitos entre as autoridades policiais e os cidadãos, mas também para encorajar a participação ativa da comunidade na identificação e resolução de questões de segurança locais. Ao colocar a colaboração e a confiança mútua no primeiro lugar, esta abordagem tem o potencial de melhorar significativamente a segurança pública e incutir um maior sentimento de segurança entre os residentes.

No entanto, é importante reconhecer que ainda há desafios a serem enfrentados na implementação efetiva do policiamento comunitário. Os resultados sugerem que uma pequena parcela dos policiais entrevistados 2,7% expressou discordância quanto à eficácia das estratégias de policiamento comunitário. Isso destaca a necessidade contínua de capacitação, apoio institucional e recursos adequados para garantir o sucesso desse modelo de policiamento.

Em resumo, os dados obtidos enfatizam a relevância do policiamento comunitário como uma ferramenta promissora na promoção da segurança pública e na construção de comunidades mais seguras. Dessa forma, podem orientar políticas e práticas futuras no sentido de fortalecer ainda mais a aplicação desse modelo de policiamento nas operações policiais do Estado de Goiás.

Tabela 5 - A colaboração entre a polícia e os moradores ajuda a identificar problemas de segurança.

Classificação	n	%
Sim	37	100
Não	0	0
Total	37	100

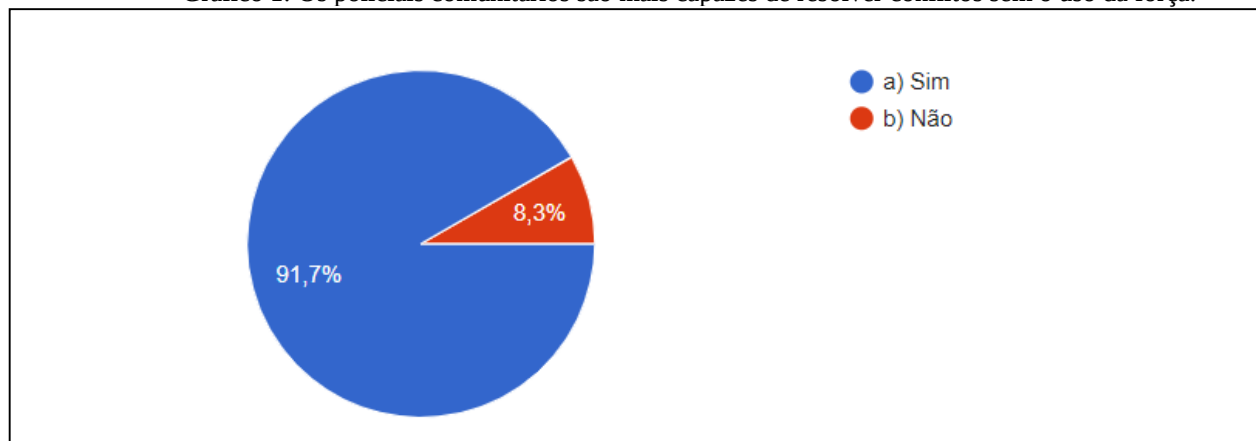
Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

A importância do envolvimento da comunidade na melhoria da segurança pública e na dissuasão de atividades criminosas é sublinhada pelo acordo unânime de todos os 37 policiais militares do Estado de Goiás, conforme indicado na Tabela 5 da pesquisa realizada. É evidente que a colaboração entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e os residentes é crucial para identificar questões de segurança e promover um ambiente mais seguro.

A colaboração entre a polícia e os moradores cria uma rede de vigilância e apoio mútuo, onde os cidadãos se tornam parceiros ativos na identificação de problemas de segurança em suas comunidades. Essa troca de informações e ação conjunta ajudam a identificar áreas de risco, comportamentos suspeitos e outras questões relacionadas à segurança, permitindo que a polícia responda de forma mais eficaz e direcionada. Além disso, essa colaboração fortalece os laços de confiança entre a polícia e os moradores, o que é essencial para o sucesso do policiamento comunitário (Monjardet, 2023).

Portanto, os resultados dessa pesquisa destacam a importância da colaboração entre a polícia e os moradores como uma estratégia eficaz na identificação e prevenção de problemas de segurança.

Gráfico 1: Os policiais comunitários são mais capazes de resolver conflitos sem o uso da força.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

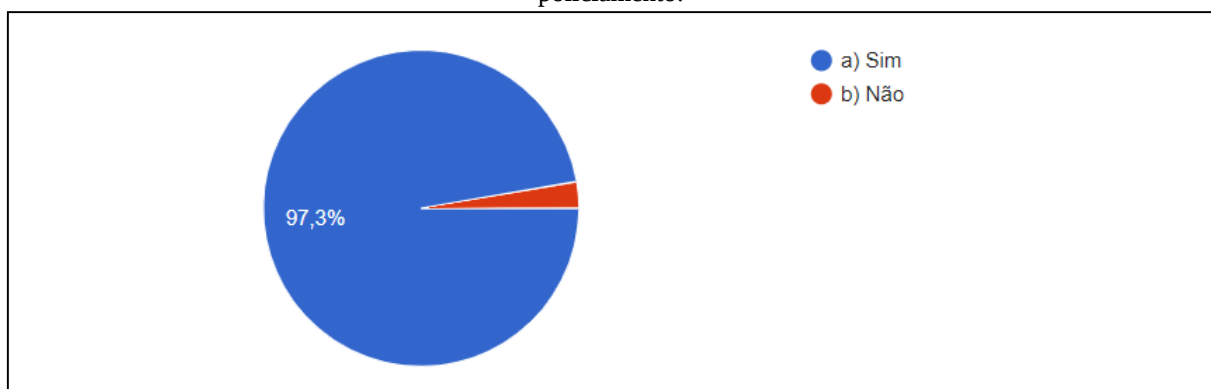
A partir dos dados apresentados no gráfico 1 com os policiais militares comunitários do Estado de Goiás, observa-se que 91,7% dos entrevistados concordaram que os policiais comunitários são mais capazes de resolver conflitos sem o uso da força, enquanto apenas 8,3% discordaram dessa afirmação. 7

Esses resultados ressaltam a importância do papel dos policiais comunitários na promoção da resolução pacífica de conflitos dentro de suas comunidades. Por meio do estabelecimento de relações positivas e de confiança com os moradores, os policiais

comunitários estão mais bem posicionados para identificar e intervir em situações de conflito de forma eficaz, muitas vezes antes que escalonem para o uso da força.

O estabelecimento de comunidades mais seguras e unificadas depende de habilidade crucial de resolução de conflitos. Os agentes da polícia comunitária têm o poder de causar um impacto substancial na redução da violência e na promoção de ligações sociais mais fortes nas suas áreas designadas, utilizando estratégias de mediação, diálogo e resolução de problemas. Como tal, estes agentes desempenham um papel indispensável na promoção da segurança e no cultivo da paz nas suas comunidades, atuando como intermediários e facilitadores na resolução de disputas cotidianas (Mesquita Neto, 2019).

Gráfico 2: As ações diárias realizadas pelos policiais junto à comunidade têm sido satisfatórias para o policiamento.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Ao analisar os dados encontrados nos gráficos 2, percebe-se que uma maioria significativa dos participantes, especificamente 97,3%, manifesta satisfação com as atividades cotidianas de policiamento comunitário realizadas pelos policiais militares no Estado de Goiás. Por outro lado, apenas 2,7% dos participantes discordam desta afirmação.

Esses resultados sugerem que, na perspectiva dos policiais comunitários, as atividades realizadas no âmbito da comunidade têm sido eficazes e adequadas para o cumprimento das responsabilidades policiais. Isso pode incluir uma variedade de ações, como patrulhamento a pé, interação com moradores, participação em eventos locais, realização de palestras educativas e outras iniciativas voltadas para a prevenção do crime e o fortalecimento dos laços comunitários.

Reconhecendo a importância do envolvimento diário dentro da comunidade, enfatizamos o valor desses esforços não apenas na promoção da segurança pública, mas também no cultivo de um sentimento de confiança e na colaboração entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e os cidadãos. Esta relação simbiótica é vital para o triunfo do policiamento

comunitário. Consequentemente, propõe que os esforços diários empreendidos pelos agentes policiais na comunidade sejam recomendados e recomendados no reforço das medidas de segurança e no fortalecimento do vínculo entre as autoridades policiais e os residentes (Mesquita Neto, 2019).

Tabela 6 - O envolvimento da comunidade no policiamento pode aumentar a responsabilidade dos policiais.

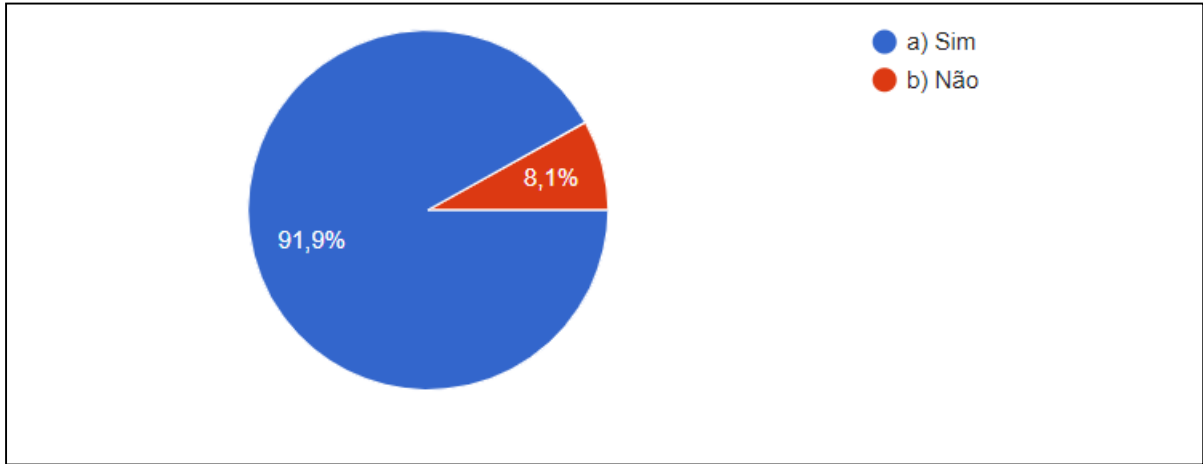
Classificação	n	%
Sim	33	88,9
Não	4	11,1
Total	37	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com base na tabela 6, evidencia-se que 88,9% dos participantes concordam que o envolvimento da comunidade no policiamento pode aumentar a responsabilidade dos policiais. Por outro lado, 11,1% dos respondentes discordam dessa afirmação.

A colaboração e participação ativa dos moradores podem contribuir para uma maior conscientização sobre questões de segurança, aumentando a vigilância e incentivando a comunicação entre a polícia e os cidadãos. Ao perceberem que a comunidade está envolvida e participando ativamente do policiamento, os policiais podem sentir uma maior responsabilidade em manter a ordem e atender às necessidades da população local. Portanto, os dados indicam que o envolvimento da comunidade no policiamento é percebido como um fator que pode aumentar a responsabilidade dos policiais, contribuindo para uma parceria mais forte e eficaz entre a polícia e os moradores na promoção da segurança pública.

Gráfico 3: A população após a implantação do modelo de policiamento tem cumprido o seu papel de parceira da polícia comunicando sobre os ilícitos que ocorre na sua rua, quadra ou no seu setor.



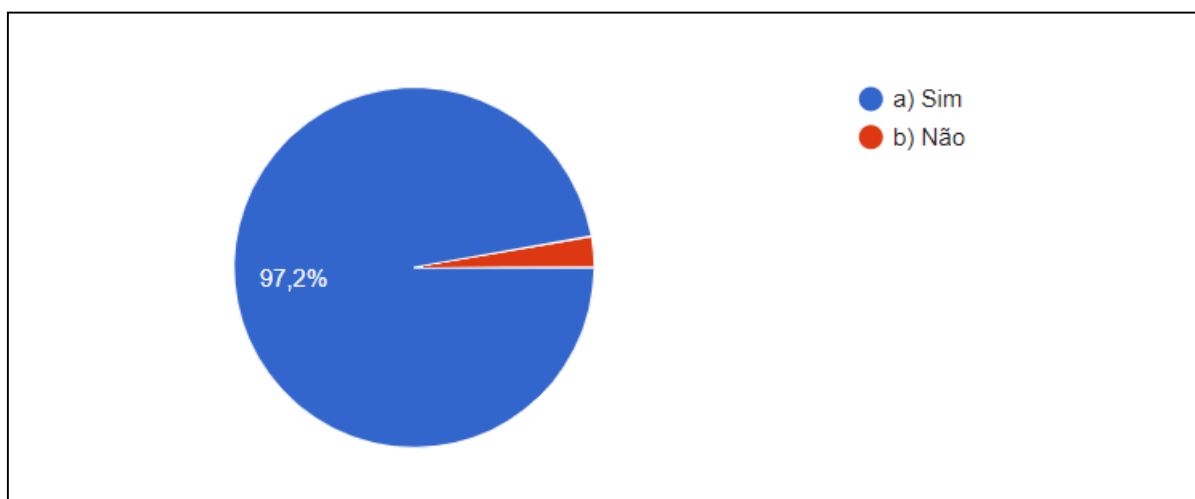
Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Os dados apresentados no gráfico 3 demonstram que, a partir da implementação do modelo de policiamento, a maioria dos indivíduos da comunidade assumem a sua responsabilidade como parceiros das autoridades policiais, denunciando prontamente quaisquer ações ilícitas que ocorram nas suas proximidades. Uma esmagadora maioria de 91,9% dos entrevistados confirmaram que a população está envolvida neste papel crucial. Por outro lado, uma minoria de apenas 8,1% indicou que existe uma falta de comunicação relativamente às atividades ilegais que ocorrem no seu bairro.

As conclusões deste estudo envolvem o envolvimento substancial da comunidade na promoção da segurança pública, demonstrando uma aliança bem-sucedida entre as autoridades policiais e os cidadãos. O envolvimento do público é crucial na implementação de abordagens de policiamento comunitário, pois permite uma resposta rápida e eficaz às necessidades específicas de segurança da área local.

Um elemento fundamental do policiamento comunitário envolve dar prioridade à prevenção do crime, promovendo ligações positivas entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e dos membros da comunidade. Este objetivo é alcançar através da implementação de estratégias como o aumento da visibilidade e acessibilidade da polícia nos bairros, bem como da organização de iniciativas educativas e eventos de envolvimento comunitário. Ao estabelecer uma atmosfera de maior segurança e confiança, o policiamento comunitário facilita a troca de informações entre os residentes e as autoridades policiais, melhorando, em última análise, a eficiência das atividades policiais e promovendo a atividade criminosa (Mesquita Neto, 2019).

Gráfico 4: A implantação do sistema de Policiamento Comunitário requer que todos na instituição policial conheçam os seus princípios, praticando-os permanentemente.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Os dados mostram que a vasta maioria dos participantes concordou que a implantação do sistema de Policiamento Comunitário exige que todos na instituição policial estejam familiarizados com seus princípios e os pratiquem continuamente, com 97,2% dos policiais respondendo afirmativamente. Isso sugere um reconhecimento generalizado da importância de uma compreensão sólida e da adesão constante aos princípios do policiamento comunitário dentro da instituição policial. Essa alta taxa de concordância indica um consenso significativo entre os policiais sobre a necessidade de integração e aplicação consistente dos princípios do policiamento comunitário em suas práticas diárias.

Durante a nossa análise da incorporação do policiamento comunitário nas práticas policiais, exploraremos vários aspectos desta abordagem. A nossa análise revelou um amplo apoio e reconhecimento da eficácia do policiamento comunitário na dissuasão do crime e na promoção de ligações mais fortes entre as agências responsáveis pela aplicação da lei e da comunidade. A maioria dos agentes da polícia considera que o policiamento comunitário é um método frutífero para prevenir o crime e estimular a unidade comunitária, e táticas inventivas demonstraram a sua eficácia na redução do comportamento criminoso. Na última análise, os dados reforçam a importância do policiamento comunitário como uma estratégia poderosa para a prevenção do crime e para o reforço das interações polícia-comunidade.

5 CONCLUSÃO

Com base nas conclusões e análises realizadas, é evidente que o policiamento comunitário desempenha um papel fundamental na prevenção do crime e na melhoria da segurança pública. O estabelecimento de parcerias entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e os membros da comunidade provou ser eficaz na redução de incidentes criminais e na promoção de um clima de confiança e cooperação.

Com base nos dados recolhidos, fica claro que o policiamento comunitário vai além da mera presença de agentes da lei em áreas específicas. Abrange várias medidas proativas destinadas a envolver a comunidade, prevenir problemas e resolver problemas locais. Esta abordagem abrangente, centrada na comunidade, tem a capacidade de estimular a coesão social, promover um maior sentimento de segurança e melhorar o bem-estar geral dos residentes.

Enfatizar a importância de vários fatores, incluindo o apoio institucional, a formação adequada do pessoal responsável pela aplicação da lei, a participação ativa da comunidade e o

investimento suficiente em recursos e programas, é essencial para garantir a eficácia do policiamento comunitário.

No entanto, recomenda-se que as políticas de segurança pública priorizem a implementação e o desenvolvimento a longo prazo do policiamento comunitário como estratégia fundamental. Em última análise, esta investigação destaca a importância do policiamento comunitário na promoção da segurança e na promoção de comunidades mais fortes, mais coesas e mais resilientes.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Alexandre Santos. **A dimensão e o papel dos serviços públicos no Estado contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2015.

BONDARUK, Roberson; SOUZA, César Alberto. **Polícia comunitária polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DONNELLY, Jack. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

FERNANDES, Rubem César. **Policiamento comunitário: Como começar**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2009.

FREITAS, Fábio. **Para além da “estadania”**: pensando a cidadania como categoria estratégica. Recife: Gajop, 2002.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

KAHN, Túlio. **Velha e nova polícia**: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual. São Paulo: Sicurezza, 2002.

MENDONÇA, Moisés. **Segurança comunitária**. São Paulo: Imprensa, 2009.

MESQUITA NETO, Paulo. **Policiamento Comunitário: a experiência em São Paulo**. São Paulo: Imprensa, 2019.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

NETO, Paulo de Mesquita. **Ensaio sobre segurança Cidadã**. São Paulo: Quartier Latin, Fapesp, 2011.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Gilvan Gomes da. **Políticas de Segurança Pública**: Um olhar sobre a formação da Agenda, das Mudanças do padrão de policiamento e da Manutenção do Policiamento Comunitário no Distrito Federal. Brasília: Unb, 2015.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira. **Teoria constitucional e democracia deliberativa**. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. **Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos**: a polícia democrática nas interações. Brasília: Revista Sociedade e Estado, 2013.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1) Qual é a sua graduação?

- a) Soldado
- b) Cabo
- c) 3º Sargento a 1º Sargento
- d) Subtenente
- e) Aspirante a Oficial
- f) 2º Tenente a 1º Tenente
- g) Capitão/ Major
- h) Tenente Coronel/ Coronel

2) Sexo

- a) Masculino
- b) Feminino

3) Há quanto tempo você está na polícia militar?

- a) 1 a 5 anos
- b) 6 a 10 anos
- c) 11 a 20 anos
- d) 21 a 30 anos

4) Qual seu ambiente de Trabalho?

- a) Predominante Administrativo
- b) Predominante Operacional

5) O policiamento comunitário é uma abordagem eficaz na prevenção do crime?

- a) Sim
- b) Não

6) O policiamento comunitário promove uma relação mais próxima entre a polícia militar e os moradores?

- a) Sim
- b) Não

7) As estratégias do policiamento comunitário têm sido eficazes na aproximação da comunidade e na repressão a criminalidade?

- a) Sim
- b) Não

8) A colaboração entre a polícia e os moradores ajuda a identificar problemas de segurança?

- a) Sim
- b) Não

9) Os policiais comunitários são mais capazes de resolver conflitos sem o uso da força?

- a) Sim
- b) Não

10) As ações diárias realizadas pelos policiais junto à comunidade têm sido satisfatórias para o policiamento?

- a) Sim
- b) Não

11) O envolvimento da comunidade no policiamento pode aumentar a responsabilidade dos policiais?

- a) Sim
- b) Não

12) A população após a implantação do modelo de policiamento tem cumprido o seu papel de parceira da polícia comunicando sobre os ilícitos que ocorre na sua rua, quadra ou no seu setor?

- a) Sim
- b) Não

13) A implantação do sistema de Policiamento Comunitário requer que todos na instituição policial conheçam os seus princípios, praticando-os permanentemente?

- a) Sim
- b) Não

14. Você gostaria de fornecer sugestões ou comentários adicionais sobre a melhor forma de abordar o policiamento comunitário na prevenção de crime?